

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj Inf DIEGO MAIA MENDONÇA

**O Valor Geopolítico da Amazônia Brasileira e seus
Impactos para a Defesa Nacional**



Rio de Janeiro
2019

Maj Inf DIEGO **MAIA** MENDONÇA

O Valor Geopolítico da Amazônia Brasileira e seus Impactos para a Defesa Nacional

Projeto de pesquisa apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como pré-requisito para matrícula no Curso de Especialização em Ciências Militares, com ênfase em Defesa.

Orientador: Ten Cel Inf Jauro Francisco da Silva Filho

Rio de Janeiro
2019

M539v Mendonça, Diego Maia

O valor geopolítico da Amazônia brasileira e seus impactos para a Defesa Nacional. / Diego Maia Mendonça. —2019.

41 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Jauro Francisco da Silva Filho.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização Ciências Militares)—Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

Bibliografia: f. 38-41.

1. GEOPOLÍTICA DA AMAZÔNIA 2. REGIÃO AMAZÔNICA 3. DEFESA NACIONAL 4. SOBERANIA I. Título.

CDD 320.122

Maj Inf DIEGO **MAIA** MENDONÇA

O Valor Geopolítico da Amazônia Brasileira e seus Impactos para a Defesa Nacional

Projeto de pesquisa apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como pré-requisito para matrícula no Curso de Especialização em Ciências Militares, com ênfase em Defesa.

Aprovado em 25 de outubro de 2019.

COMISSÃO AVALIADORA

Jauro Francisco da Silva Filho - TC Inf - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Klaiton Alexandro Sant'anna Cota - TC Inf - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Sandro Silva Ruiz - TC Cav - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

A Deus por ter me dado saúde e humildade para executar esta tarefa, a minha amada esposa Marselle e meus filhos Manuela e Daniel, pelo apoio e compreensão durante a execução deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, pela tranquilidade nos momentos difíceis e pela saúde que tem me permitido seguir estudando e aprendendo a cada dia que passa.

Ao meu orientador, TC Jauro, pela orientação precisa e, principalmente, pela confiança e camaradagem que dispensou a mim em todos os momentos em que nos reunimos para melhorar este trabalho monográfico.

Aos meus pais, José Renê e Edna, pelo carinho, amizade, desprendimento, pela educação firme e sólida e por seu incentivo constante pelo meu sucesso.

À minha esposa Marselle, meu amor, e meus tesouros Manuela e Daniel, pela alegria de poder conviver com vocês todos os dias, pelo carinho, compreensão e incentivo de sempre.

RESUMO

A região amazônica comporta territórios de nove países sul-americanos, incluindo o Brasil. Diante desse quadro “inter-Estados”, a porção pertencente ao povo brasileiro encerra enorme quantidade de recursos, o que tem colocado a soberania nacional em questionamento no cenário mundial. Não é de hoje que a Amazônia ocupa posição central nas discussões internacionais, tendo em vista, principalmente, o seu valor geopolítico. A crescente busca por matérias-primas, fontes energéticas e a água, o “ouro azul”, vem aumentando a importância dessa área no contexto das relações entre as Nações atualmente. No sentido de abordar as características fundamentais dessa região, sob o enfoque dos principais pensadores da Geopolítica Nacional, como o General Carlos de Meira Mattos, e a especialista em Geopolítica Therezinha de Castro, este trabalho desvenda aquele espaço geográfico que possui grande importância para o País. Para isso, serão elencados os aspectos que incrementam o valor geopolítico dessa região brasileira, sejam eles os recursos encontrados ou as condições políticas e econômicas vigentes. Tais aspectos serão relacionados, a seguir, aos impactos para a Defesa Nacional, bem como algumas ações governamentais implementadas para preservar o status quo regional. Assim, este exercício visa colocar o foco das atenções do Estado Brasileiro para a região amazônica, pois somente assim estaremos preparados para os desafios futuros, os quais, certamente, passarão pela segurança da integridade territorial e manutenção da soberania nacional.

Palavras-chave: Geopolítica da Amazônia; região amazônica; Defesa Nacional; e soberania

ABSTRACT

The Amazon region comprises territories from nine South American countries, including Brazil. Given this “inter-state” scenario, the portion belonging to the Brazilian people has a huge amount of resources, which has put national sovereignty in question on the world stage. It is not today that the Amazon occupies a central position in international discussions, especially considering its geopolitical value. The growing search for raw materials, energy sources and water, the "blue gold", has been increasing the importance of this area in the context of relations between nations currently. In order to address the fundamental characteristics of this region, under the focus of the main thinkers of National Geopolitics, such as General Carlos de Meira Mattos, and the Geopolitics expert Therezinha de Castro, this paper unveils that geographical space that is of great importance for the country. For this, the aspects that increase the geopolitical value of this Brazilian region will be listed, be they the resources found or the political and economic conditions. These aspects will be related, next, to the impacts for the National Defense, as well as some governmental actions implemented to preserve the regional status quo. Thus, this exercise has the purpose to focus the attention of the Brazilian State to the Amazon region, because only then will we be prepared for future challenges, which, certainly, will go through the security of territorial integrity and maintenance of national sovereignty.

Keywords: Amazonian Geopolitics; Amazon region; National Defense; and sovereignty

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Amazônia Legal.....	4
Figura 2 – Amazônia Brasileira e Regional.....	9
Figura 3 – Proporção territorial.....	11
Figura 4 - Proporção territorial: Amazônia Legal <i>versus</i> Europa Ocidental.....	12

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	3
1.1	PROBLEMA.....	4
1.2	OBJETIVOS.....	5
1.2.1	Objetivo Geral	5
1.2.2	Objetivos Específicos	5
1.3	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	5
1.4	RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	6
2	METODOLOGIA	7
3	A GEOPOLÍTICA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA	8
3.1	AS CONDIÇÕES GEOGRÁFICAS ESTÁVEIS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA QUE INFLUENCIAM AS DECISÕES POLÍTICAS.....	11
3.2	AS CONDIÇÕES GEOGRÁFICAS VARIÁVEIS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA QUE INFLUENCIAM AS DECISÕES POLÍTICAS.....	15
4	OS IMPACTOS DO VALOR GEOPOLÍTICO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA PARA A DEFESA NACIONAL	19
4.1	IMPLICAÇÕES PARA A DEFESA NACIONAL.....	20
4.2	AÇÕES IMPLEMENTADAS PELO GOVERNO FEDERAL.....	24
5	CONCLUSÃO	28
	REFERÊNCIAS	31

1 INTRODUÇÃO

A região amazônica ocupa posição central nas discussões internacionais, tendo em vista, principalmente, o seu valor na geopolítica dos recursos estratégicos. A crescente busca por matérias-primas, fontes energéticas e a água, o “ouro azul”, vem aumentando a importância dessa área no contexto das relações internacionais atualmente.

Desde o início da ocupação do território brasileiro, a Amazônia desempenha papel marcante na história do Brasil. A divisão do país, entre espanhóis e portugueses não impediram a ação de desbravadores, como Pedro Teixeira e o Marechal Rondon, os quais incorporaram territórios a Oeste de Tordesilhas, utilizando-se do princípio do *uti possidetis*. A “marcha para o oeste brasileira” permitiu a conformação atual do país, empregando a diplomacia do Barão do Rio Branco e, por vezes, a presença militar, como foi o caso da anexação do estado do Acre em 1903.

A partir da década de 1980, quando ocorreu a disseminação da globalização, houve a interligação entre os povos, governos e empresas, diminuindo as distâncias entre os espaços geográficos, o que causou uma interdependência, principalmente nos campos político e econômico. Os tempos de diplomacia e intervenções militares pareciam ter chegado ao fim, dando um novo enfoque às intenções das nações no concerto internacional, o interesse comercial e financeiro.

O sistema complexo que se tornou as relações entre as nações aumentou a competição por uma economia mais forte e um maior protagonismo internacional. Nesse sentido, as principais potências praticamente esgotaram suas fontes de recursos, gerando a necessidade de buscar fontes alternativas para sustentarem o seu desenvolvimento.

A Amazônia Brasileira, ou Amazônia Legal, compreende uma área aproximada de 5,2 milhões de quilômetros quadrados, incluindo Amazonas, Acre, Pará, Amapá, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Maranhão, Goiás e Tocantins. Tal região corresponde a cerca de 61% do território nacional, distribuídos por 775 municípios. Foi instituída com a finalidade de delimitar, geograficamente, a região política captadora de incentivos fiscais, com o propósito de promover o desenvolvimento regional (LBDN, 2016).



Figura 1: Amazônia Legal

Fonte: BBC Brasil (disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/ig/noticias/2009/07/090722_amazonia_numeros_fbd.html. Acesso em: 20 maio 2019)

Diante desses números, essa área se tornou o centro das atenções nas últimas décadas, tornando urgente a presença do Estado Brasileiro para proteger esses recursos da cobiça internacional.

Nesse contexto, o Brasil tem buscado o seu desenvolvimento apoiado nas riquezas e potencialidades existentes na região. Para isso é imperativo que esse crescimento seja cada vez mais sustentável, a fim de não cair na mesma armadilha das potências que “gastaram” todos os seus recursos.

Diante dessa problemática, a geopolítica da Amazônia Brasileira é influenciada por fatores ou condições geográficas, sejam elas estáveis ou variáveis. Tais aspectos impactam diretamente sobre a política de Defesa aplicada na região para que esta contribua para o desenvolvimento do País.

1.1 PROBLEMA

Desde o fim do século XX, com o advento da globalização, alguns temas internacionais como meio ambiente e proteção das comunidades indígenas se tornaram de interesse internacional, levando a sua securitização.

Em decorrência da grande importância recebida por tais fatores, além de sua potencialidade energética, a Amazônia Legal é considerada uma fronteira em três sentidos: fronteiras demográfica, econômica e geopolítica. Dessa forma, percebe-se a região como sendo internacionalmente cobiçada.

O presente trabalho de conclusão de curso será desenvolvido em torno do seguinte problema: em que medida o valor geopolítico da Amazônia Brasileira impacta a Defesa Nacional?

1.2 OBJETIVOS

Segundo LAKATOS (2010), toda pesquisa deve ter um objetivo determinado para saber o que se vai procurar e o que se pretende alcançar. Assim, esta pesquisa apresenta o seu objetivo geral e seus três objetivos específicos.

1.2.1 Objetivo geral

Estabelecer de que forma o valor geopolítico da Amazônia Brasileira pode impactar a Defesa Nacional.

1.2.2 Objetivos específicos

A fim de viabilizar a consecução do objetivo geral deste trabalho foram formulados alguns objetivos específicos a serem atingidos, que permitirão o encadeamento lógico do raciocínio descritivo apresentado neste estudo, os quais são elencados em seguida:

- a. Verificar, em que medida, as condições geográficas estáveis e variáveis implicam no valor geopolítico da Amazônia Legal.
- b. Verificar os impactos do valor geopolítico da Amazônia Legal para a Defesa Nacional.

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo estará limitado ao esclarecimento da geopolítica da área amazônica brasileira, no que se refere à Amazônia Legal. Ainda, como se trata de um trabalho sobre um interesse atual do Estado Brasileiro, será dada prioridade para os aspectos ocorridos no século XXI.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Esta seção busca, de forma resumida, discorrer sobre os principais tópicos que justificam a importância desse trabalho. Sendo assim, a relevância desta proposta de pesquisa está apoiada nos seguintes aspectos:

Observa-se desde os portugueses que a ocupação da Amazônia teve como objetivo o domínio geopolítico da região por motivos relacionados à sua grande extensão territorial e precária ligação com o restante do País. As políticas de ocupação sempre relacionam os empreendimentos de exploração econômica com estratégias tipicamente geopolíticas (COSTA, 1995).

Segundo a Política Nacional de Defesa, a Amazônia brasileira é foco da atenção internacional, devido ao seu grande potencial de riquezas minerais e de biodiversidade. A atuação do Estado e a vivificação da faixa de fronteira são dificultadas, entre outros fatores, pela baixa densidade demográfica e pelas longas distâncias. A presença nas fronteiras, a proteção do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais são aspectos essenciais para o desenvolvimento e a integração da região. O aumento da presença do Estado, e em particular das Forças Armadas, ao longo das nossas fronteiras é condição relevante para o desenvolvimento sustentável da Amazônia (PND, 2012).

Na concepção do pensador geopolítico brasileiro Everardo Backheuser, o grande espaço territorial apresenta-se pouco útil se estiver mal distribuído, no que tange à dimensão e ocupação populacional. Ainda, se não houver aproveitamento racional da área, não ocorrerá uma administração eficaz (Backheuser *apud* Miyamoto, 1995, 40).

Em suma, a proposta desta pesquisa é relevante atualmente no País com base nos fatores acima dispostos. Tais aspectos influenciam diretamente o Poder Nacional, materializado em suas expressões política, econômica, militar ou psicossocial, bem como encontram suporte no crescente interesse e importância que a academia brasileira vem dando ao tema.

2. METODOLOGIA

O presente estudo será realizado, principalmente, por meio de uma pesquisa bibliográfica, pois baseará sua fundamentação teórico-metodológica na investigação sobre os assuntos relacionados ao valor geopolítico da Amazônia Brasileira, bem como os seus impactos na Defesa do país em livros, manuais e artigos de acesso livre ao público em geral, incluindo-se nesses aqueles disponibilizados pela rede mundial de computadores.

O universo do presente estudo são as principais publicações de acesso livre que discorrem sobre a geopolítica brasileira e o seu relacionamento com o desenvolvimento nacional.

As amostras que serão utilizadas serão aquelas que esclarecem o valor geopolítico da Amazônia Legal, bem como das políticas governamentais para impulsionar o desenvolvimento nacional, a partir de uma utilização ponderada das riquezas ali existentes.

A coleta de dados do presente trabalho de conclusão de curso dar-se-á por meio da coleta na literatura, realizando-se uma pesquisa bibliográfica na literatura disponível, tais como livros, manuais, revistas especializadas, jornais, artigos, internet, monografias, teses e dissertações, sempre buscando os dados pertinentes ao assunto.

O método de tratamento de dados que será utilizado no presente estudo será a análise de conteúdo, no qual serão realizados estudos de textos para se obter a fundamentação teórica para se responder ao problema apresentado.

A metodologia em questão possui limitações, particularmente, quanto à profundidade do estudo a ser realizado, pois não contempla, dentre outros aspectos, o estudo de campo e a entrevista com pessoas diretamente ligadas aos processos em estudo. Porém, devido ao fato de se tratar de um trabalho de término de curso, a ser realizado em aproximadamente seis meses, o método escolhido é adequado e possibilitará o alcance dos objetivos propostos.

A seguir, será analisado o valor geopolítico da Amazônia Brasileira, destacando os seus impactos para a Defesa Nacional.

3 A GEOPOLÍTICA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Meira Mattos, em sua obra “Uma Geopolítica Pan-Amazônica”, de 1980, distingue o conceito de Amazônia e Pan-Amazônia, sendo o primeiro pensado em termos nacionais, enquanto o segundo trazendo uma visão global/multinacional. A Pan-Amazônia, onde se integra espaço geográfico, condições climáticas, província botânica, bacia hidrográfica e condições socioeconômicas, impressiona a sua realidade estatística ímpar (FREITAS, 2004):

- vigésima parte da superfície terrestre;
- quatro décimos da América do Sul;
- três quintos do Brasil;
- um quinto da disponibilidade mundial de água doce;
- um terço das reservas mundiais de florestas latifoliadas.

Entretanto, esse gigantesco potencial evidenciado não resiste a uma análise do aproveitamento humano dessas riquezas e sua contribuição para o poder nacional. A baixa da ocupação desse espaço, cuja realidade física é dura e agressiva, dificulta a integração econômica com o restante do país, gerando uma discussão sempre atual para o desenvolvimento e defesa nacional (FREITAS, 2004).

A cobiça internacional sobre as riquezas da Amazônia ocorre desde o período colonial, quando o Brasil se tornou subserviente às potências hegemônicas do hemisfério norte, até os dias atuais com a ideia de soberania limitada e gestão compartilhada dos recursos da região, passando pelas propostas de internacionalização durante os séculos XIX e XX. Tudo isso com intenção de pressionar o Brasil e os países amazônicos (PEREIRA, 2007).

A geopolítica da Amazônia Brasileira está intimamente ligada ao processo de globalização, como afirma Pereira (2007):

“A globalização é um processo que decorre das políticas dos centros de poder, localizados nos países desenvolvidos, para controlar o relacionamento internacional em todos os aspectos. Nesse contexto, a humanidade vive em competição, como se a vida fosse um jogo com perdedores e vencedores. O seu aspecto positivo reside na democratização da informação, que poderá contribuir para um mundo mais homogêneo.

Na sua vertente perversa, apoia-se em um sistema no qual o mercado produtivo é minimizado diante do financeiro, sob influência de uma sociedade mercantil mundial que supervaloriza a dimensão econômica. Um mercado que, pretensamente, visa ao desenvolvimento e ao bem-estar, mas tem sido responsabilizado por agravar a desarmonia entre as forças destrutivas da produção e da natureza, cooperando para o esgotamento ecológico.” (PEREIRA, 2007, p. 318)

As políticas públicas para a região amazônica têm como objetivo a ocupação e a busca pela harmonia entre a exploração e a preservação, a ser obtida por um desenvolvimento sustentável, o qual visa o bem-estar da população bem como a inclusão da região no processo produtivo. Assim, pouco a pouco, a sociedade vem se conscientizando da responsabilidade de possuir um patrimônio confiado à sua guarda e do dever de entregá-lo às gerações futuras (PEREIRA, 2007).

A Amazônia Brasileira é detentora da foz da Bacia Amazônica, fazendo com que a capilaridade de seus afluentes atinja quase a totalidade de sua extensão. Em um momento em que a água passa a adquirir um valor econômico na medida em que contribui com as atividades produtivas e industriais, essa região assume importante papel no contexto geopolítico internacional. Ainda, nesse viés, constata-se que a Amazônia torna-se imprescindível em duas vias, seja para a sobrevivência humana, seja para a preservação da biodiversidade (AMIN, 2015).



Figura 2: Amazônia Brasileira e Regional
Fonte: Greenpeace 2017

Diante de um quadro mais amplo, Therezinha de Castro considera a Amazônia um subsistema geopolítico dentro do subsistema da América do Sul. Tal fato foi utilizado como uma das justificativas para a integração entre os países sul americanos que compartilham as riquezas ali existentes. O lema “integrar para não entregar” alimentou políticas de combate ao narcotráfico e de proteção aos indígenas (FREITAS, 2004).

A preservação das comunidades autóctones vem sendo um desafio para a manutenção da soberania do Brasil. As demarcações de terras indígenas atendem a interesses estrangeiros, com a subserviência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e do Conselho Indigenista Missionário (órgão ligado à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil). As nações estrangeiras desejam criar um clima de balcanização, criando reservas sobre as jazidas de ferro, cobre ou nióbio. Com isso, cria-se uma imagem de um país que não consegue resolver seus problemas, necessitando de tutela internacional.

Segundo Mafra (2006) a Geopolítica estuda a Política do Estado quando esta sofre influência das condições ou fatores geográficos. Desse modo, é a ciência que trata do impacto da Geografia nas decisões políticas de planejamento, bem como nas diretrizes e estabelecimento dos objetivos do Estado.

Mafra, em sua obra “Geopolítica, Introdução ao Estudo” define essa relação da seguinte forma:

“Os fatores, ou condições geográficas, que poderão ter influência na identificação ou na fixação dos objetivos de um Estado, de acordo com o geopolítico brasileiro, General Carlos de Meira Mattos, são de duas ordens – estáveis e variáveis -, a saber:

- Estáveis – extensão, posição, forma, fronteiras, clima, relevo, hidrografia e vegetação, entre outros.
- Variáveis – políticos, econômicos, psicológicos, sociais etc.”

Nesse trabalho, os aspectos geográficos estáveis e variáveis serão estudados de forma detalhada, a fim de apontar os seus respectivos valores para o estabelecimento de políticas de desenvolvimento e integração da região amazônica com o restante do País.

Sobre a delimitação do espaço, cabe esclarecer o conceito de Amazônia Legal, conforme ilustrado na Figura 1. Em 1953, através da Lei 1.806, que criou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), foram incorporados à Amazônia Brasileira, o Estado do Maranhão (oeste do meridiano 44º), o Estado de Goiás (norte do paralelo 13º de latitude sul, atualmente Estado de Tocantins) e Mato Grosso (norte do paralelo 16º latitude Sul). Com esse dispositivo legal a Amazônia Brasileira passou a ser chamada de Amazônia Legal, fruto de um conceito político e não de um imperativo geográfico. Foi a necessidade de o governo planejar e promover o desenvolvimento da região. Em 1966, pela Lei 5.173, que extinguiu a SPVEA e criou a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o conceito de Amazônia Legal é reinventado para fim de planejamento.

Assim, pelo artigo 45 da Lei complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, a Amazônia Legal tem seus limites ainda mais estendidos. Com a Constituição Federal de 1988, é criado o Estado do Tocantins e os territórios federais de Roraima e do Amapá são transformados em Estados Federados (Disposições Transitórias Art. 13 e 14) (BRASIL, 2019).

3.1 AS CONDIÇÕES GEOGRÁFICAS ESTÁVEIS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA QUE INFLUENCIAM AS DECISÕES POLÍTICAS

No que se refere às condições estáveis, ficam definidos como objeto de pesquisa do presente trabalho os seguintes parâmetros que constituem a Amazônia Legal: extensão, fronteiras, clima, hidrografia, vegetação e riquezas minerais.

Em termos geográficos, a Amazônia Legal, conforme já citado, corresponde a cerca de 61 % do território do País. Como pode ser vista na figura abaixo, caso o Brasil perdesse a soberania dessa região, abandonaria o rótulo de nação com dimensões continentais, eliminando ainda importantes traços da identidade nacional e da autodeterminação do povo brasileiro.



Figura 3: Proporção territorial

Fonte: Wikipedia (disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Amazonia_Legal. Acesso em: 17 maio 2019)

Habitada por cerca de 27 milhões de pessoas, a porção brasileira detém mais de 2/3 de toda a Amazônia (mais precisamente 67,8% da área total). Como pode ser vista na figura abaixo, só a Amazônia brasileira engloba as dimensões territoriais da Alemanha, França, Itália, Espanha, Inglaterra, Portugal, Holanda, Áustria, Bélgica, Suíça, República Checa, Eslováquia, Bósnia-Herzegovina e Albânia somados. Somente a Ilha de Marajó, que fica na foz do Rio Amazonas, tem área equivalente a alguns países europeus como a Suíça, a Holanda ou a Bélgica (BECKER, 2005).



Figura 4: Proporção territorial: Amazônia Legal versus Europa Ocidental
Fonte: SlideShare (disponível em: <https://www.slideshare.net/timedianeira/amaznia - 5307901>. Acesso em: 2 jun 2019)

A região amazônica abrange 9 países, incluindo o Brasil. A porção brasileira faz fronteira com 7 (sete) desses territórios, sendo eles a Bolívia, o Peru, a Colômbia, a Venezuela, a Guiana, o Suriname e a Guiana Francesa. O único país que compartilha o bioma amazônico e não faz fronteira com o Brasil é o Equador. As fronteiras são porosas, tendo em vista a facilidade em transpor os limites e a dificuldade da fiscalização, contribuindo para o aumento das ações integradoras entre as nações.

Nesse sentido, foi criado o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) em 1978. Em 1998, ele recebeu o título de Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), a qual está vigente até os dias atuais com 8 (oito) países membros (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela). Sua missão é promover o desenvolvimento sustentável e a inclusão social, atuando nas esferas político-diplomática, estratégica e técnica.

A Amazônia possui a maior bacia hidrográfica do planeta, constituindo cerca de 1/5 das reservas mundiais de água doce (dentre os 30 maiores rios do mundo, 15 localizam-se na região) o que a torna um espaço fundamental para os interesses nacionais e internacionais. Tal volume d'água não engloba somente terras brasileiras, mas também parte dos territórios do Peru, Colômbia, Equador, Venezuela e Bolívia, ocupando cerca 7 milhões de quilômetros quadrados. No Brasil essa bacia ocupa, aproximadamente, 3,8 milhões de quilômetros quadrados, envolvendo os estados do Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Pará e Amapá. O rio principal da bacia, o Amazonas, é o maior do mundo. Ele nasce na Cordilheira dos Andes (Peru)

e quando entra no Brasil é intitulado de Solimões. A confluência do Solimões com o rio Negro constitui o Amazonas (DE FREITAS, 2019).

O espaço estratégico ora analisado possui também o Aquífero Alter do Chão, com uma área aproximada de 437,5 mil km². O reservatório subterrâneo possui o maior volume de água do mundo, dentre os aquíferos existentes, configurando-se como uma importante reserva natural. Várias cidades da região Norte utilizam-se das reservas de água disponibilizadas, incluindo Manaus, que conta com 40% de seu abastecimento oriundo desse depósito, incrementando a importância geopolítica da região. Tal reservatório de água doce é do tipo misto, isto é, com características de dois tipos diferentes: uma parte superior do aquífero livre de 50 metros de profundidade e uma parte inferior do aquífero confinada em 430 metros, segundo dados da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM). As rochas da região são do tipo sedimentares, predominantemente compostas por argilito e arenito, o que permite uma maior acessibilidade aos poços de água, haja vista que tais formações não dificultam a perfuração (PENA, 2019).

No que se refere ao clima desta região, define-se como equatorial, o qual se caracteriza por ser quente e úmido, devido à proximidade da linha do Equador. Esse fato intensifica o calor, uma vez que a incidência dos raios solares é maior, fazendo com que haja pouca variação de temperatura durante o ano. A umidade característica se exprime pelos elevados índices pluviométricos, com chuvas constantes, que são mais intensas no período do verão. Sendo assim, as condições climáticas da região favorecem a reprodução de espécies muito específicas, tanto da flora quanto da fauna, sendo estes fatores aliados ao tipo de solo. A floresta formada na região é a tropical, específica de locais quentes e úmidos. Um dos principais problemas da Amazônia, relacionados ao clima, é a ocorrência de queimadas e desmatamentos com fins econômicos, desestabilizando os efeitos climáticos nesse espaço geográfico. Diante disso, são necessárias ações governamentais e privadas, conscientizando de sua importância para o futuro nacional. (Disponível em: <http://meioambiente.culturamix.com/natureza/o-clima-da-amazonia>. Acesso em: 17 jun. 2019)

Quanto à posse de recursos minerais destaca-se a Serra dos Carajás. Localizada no estado do Pará, é a maior província mineralógica do planeta. Abriga a maior jazida de minério de ferro explorada do mundo. Além de ferro, ela concentra grande quantidade de manganês, cobre, ouro e níquel (RIBEIRO, 2019).

No tocante ao manganês, o Brasil é superado apenas pela Rússia e pelo Gabão (África), com grandes ocorrências no Pará (Carajás – responsável por mais de 80% da produção nacional) e no Amapá. Trata-se de um mineral estratégico para o desenvolvimento nacional, pois é amplamente utilizado na fabricação do aço (RIBEIRO, 2019).

Outro mineral estratégico presente na Amazônia é o nióbio. O Brasil detém 98% das reservas mundiais exploráveis no mundo. Desse total, 12% encontra-se em São Gabriel da Cachoeira (AM). A aplicação mais importante do nióbio é como elemento de liga para conferir melhoria de propriedades em produtos de aço, especialmente nos aços de alta resistência e baixa liga usados na fabricação de automóveis e de tubulações para transmissão de gás sob alta pressão. Pela sua resistência em altas e baixas temperaturas esse minério é muito utilizado na fabricação de foguetes, tornando a sua posse um incremento no valor geopolítico da região (CARVALHO, 2018).

De acordo com Lima (2011), publicou no ano de 2011, no que tange às riquezas minerais, as jazidas provadas de cassiterita, nióbio, bauxita, urânio, caulim, ouro e ferro no Amazonas valem cerca de US\$ 2,4 trilhões (R\$ 4,3 trilhões), com base na cotação feita pelo Instituto Brasileiro de Mineração, a preços correntes de 2008. “O volume equivale a cerca de 60% do Produto Interno Bruto (PIB) de 2018 ou a soma de riquezas geradas no Estado, que somaram R\$ 6,8 trilhões” (ALVARENGA; SILVEIRA, 2019). No levantamento não estão incluídas as reservas de gás e óleo, uma das maiores fontes de riquezas atuais.

Lima (2011) afirma que o mercado internacional está aquecido à procura de investimentos em bens minerais, principalmente ferro, alumínio, nióbio, tântalo, terras raras e minerais radioativos, afirma o geólogo do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

A reserva de cassiterita (minério de estanho) do Amazonas, localizada, principalmente, na mina do Pitinga, em Presidente Figueiredo, foi estimada em 486 mil toneladas. O estanho é um dos componentes do bronze. O metal é utilizado na produção de diversas ligas metálicas e, ainda, em embalagens, como latas e envolturas. O Brasil possui a quinta maior reserva de estanho do mundo, com cerca de 11% do total. As reservas estão localizadas na região Amazônica: Província

Mineral do Mapuera, no Amazonas (mina do Pitinga), e na Província Estanífera de Rondônia (Bom Futuro, Santa Bárbara, Massangana e Cachoeirinha) (LIMA, 2011).

No que se refere à bauxita, Lima (2011) coloca o Brasil como terceiro maior produtor de minério do mundo. Essa matéria-prima é o principal minério utilizado na fabricação de alumínio. As jazidas de bauxita estão localizadas, principalmente, em Presidente Figueiredo, Urucará e Nhamundá, somadas elas possuem uma reserva estimada de 151,8 milhões de toneladas.

Quanto ao petróleo e ao gás natural, a Província Petrolífera de Urucu, em Coari, no estado do Amazonas, se destaca no âmbito nacional. Localizada a 650 Km de Manaus, Urucu possui a maior reserva terrestre comprovada desses recursos no País. O óleo produzido na região é de boa qualidade, o que facilita o seu refino e aumenta sua importância no contexto nacional (OLIVEIRA, 2016).

“A produção de Urucu é pequena, mas fundamental para o abastecimento da Região Norte e parte do Nordeste, além de ter papel importante na atividade econômica do Amazonas, com participação de cerca de 15% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado [...] Para levar a produção da reserva aos centros urbanos, o principal caminho é o Gasoduto Urucu-Coari-Manaus, construído em 2009. Com 663 km quilômetros de extensão, o duto tem capacidade para escoar até 5,5 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural de Urucu à capital do Amazonas” (OLIVEIRA, 2016).

A região amazônica possui a classificação de megadiversa, tendo em vista que é um dos locais que possui maior biodiversidade do planeta. Nesse espaço encontram-se cerca de 1/3 das reservas mundiais de florestas latifoliadas, com cerca de 60.000 espécies de plantas, 300 espécies de mamíferos, 2,5 milhões de espécies de insetos e 2.000 espécies de peixes. Dessa forma, se evidencia a região como estratégica no tocante à pesquisa em biotecnologia e química fina, ao passo que se torna um atrativo para a biopirataria, fazendo com que o Estado Brasileiro atue de modo a preservar as suas riquezas (AMIN, 2015).

3.2 AS CONDIÇÕES GEOGRÁFICAS VARIÁVEIS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA QUE INFLUENCIAM AS DECISÕES POLÍTICAS

Em outro viés, serão analisados os seguintes aspectos variáveis da geografia amazônica: políticos, econômicos e psicossociais. Segundo a Doutrina Básica de Mobilização Nacional, tais instrumentos constituem parte das expressões do Poder Nacional.

A região amazônica brasileira possui pouca presença estatal. O Estado se faz presente, principalmente, através das Organizações Militares como pode ser evidenciada nesse trecho retirado do site do Exército Brasileiro:

“O Exército, presente na Amazônia desde o início do século XVII, vem ampliando seu dispositivo pela instalação de diversas unidades de fronteira. Tais unidades representam pólos de desenvolvimento, em torno dos quais, como ocorreu no passado, crescem núcleos habitacionais, garantidores da presença brasileira e de nossa soberania. [...] Colaborando com o povoamento em áreas longínquas, proporcionando um mínimo de infraestrutura até que chegue o desenvolvimento, fornecendo serviços básicos, este trabalho silencioso é a parcela concreta de colaboração do Exército ao desenvolvimento da Nação” (disponível em <<http://www.eb.mil.br/amazonia>>, acesso em 10 set 18).

Dessa forma, verifica-se que, apesar da presença isolada de destacamentos da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, a atuação política na região amazônica limita-se aos feitos das instituições militares, as quais buscam garantir a soberania em locais anecúmenos com uma densidade demográfica em torno de 4 hab/Km², colaborando para a integração nacional e a conservação das riquezas ali existentes.

Dentre os aspectos do campo político, pode-se destacar a grande extensão ocupada pela Amazônia Legal. A região aqui analisada abrange uma área de mais de 5 milhões de quilômetros quadrados, envolvendo os estados do Amazonas, Acre, Pará, Amapá, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Maranhão, Goiás e Tocantins. Tal espaço territorial corresponde a cerca a mais de 60% do País, gerando a necessidade de articular a Defesa Nacional na medida da importância que essa área representa para a soberania brasileira (LBDN, 2016).

No contexto daquilo que já foi apresentado, está configurada uma nova realidade geopolítica para a Amazônia, exigindo maior presença do Estado na região, assim como a instrumentalização de políticas que visem a alavancar não só seu crescimento social e econômico, mas também seu desenvolvimento sustentável (AMIN, 2015).

De acordo com as extensões da região e da fronteira já apresentadas, ressalta-se a porosidade nas entradas para o território nacional, principalmente na porção entre Amapá e Rondônia, onde há imensos vazios demográficos, densas florestas e diversos rios penetrantes o que dificulta o monitoramento. Diante dessa dificuldade, encontra-se a atuação do efetivo reduzido da Polícia Federal, a qual vê o seu trabalho dividido entre o trabalho burocrático, o combate à corrupção nos diferentes níveis e a

fiscalização dos quase 17 mil quilômetros de fronteira do Brasil. Tal problemática é somada ao cenário crítico representado para a defesa da região amazônica (NAGEL, 2018).

A Amazônia possui a maior bacia hidrográfica do mundo, o que a torna estratégica para o aumento da oferta de energia para o Brasil, a partir da construção de novas usinas hidrelétricas previstas pelo governo. Dentre as principais usinas já existente na região amazônica, destacam-se a de Belo Monte, no rio Xingu, a de Tucuruí, no rio Tocantins e as de Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira. Além disso, existem diversos projetos como os de São Luiz do Tapajós e Jatobá, ao longo do rio Tapajós. Com isso, a região se coloca como a nova fronteira hidrelétrica do País, despertando interesse da comunidade internacional no que se refere à abundância desse recurso (ALMEIDA, 2017).

No contexto da energia nuclear, o Amazonas, com a reserva de Pitinga, e o Pará, com a reserva do Rio Cristalino, possuem reservas de urânio avaliadas por especialistas com um potencial de 300 mil toneladas do minério. Destaca-se que o Brasil ocupa a sétima posição em reservas provadas, com 309 mil toneladas distribuídas entre os estados da Bahia e do Ceará, Paraná e Minas Gerais. Dessa forma, fica evidenciada a importância da preservação dessa riqueza para o desenvolvimento do País (INDUSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL, 2019).

Outrossim, a Amazônia Brasileira é a nova fronteira agrícola do País. A necessidade de aumentar a produção nacional fez com que os Complexos Agroindustriais (CAI) da soja incorporassem algumas áreas no sul do Rio Amazonas. Desse modo, apesar do impacto sobre o meio ambiente, a atividade econômica favoreceu o mercado das commodities, contribuindo para o incremento da balança comercial brasileira (ZEFERINO, 2015).

No que se refere à expansão da fronteira agrícola na região da Amazônia Legal, Marisa Zeferino (2015) afirma o seguinte:

“O crescimento da agricultura brasileira é vinculado à ocupação de novas áreas, por meio da transferência da maior parte do plantio de grãos para a região setentrional do país, em um processo que se convencionou denominar avanço da fronteira agrícola. Em termos regionais, o Censo Agropecuário 2006 mostra que a área de lavouras temporárias e permanentes cresceu 276% na região Norte entre 1995 e 2006. Em seguida vem o Nordeste com 115%, enquanto no Centro-Oeste o crescimento foi de 96%, no Sudeste de 50% e no Sul de 49% no período. A considerar a definição de fronteira agrícola de Mueller como espaço potencial que proporciona condições para a expansão da agropecuária com disponibilidade de terras e aptidão para o funcionamento de mercados, é possível justificar a dinâmica da expansão da

agropecuária. Dentro do espaço da fronteira ocorrem as frentes de atividades impulsionadas por mercados dinâmicos, políticas de incentivos e pela infraestrutura local. Assim foi com a expansão agrícola nos Cerrados, que teve como principal frente comercial a cultura da soja.”

O desafio geoeconômico mais importante que o Brasil enfrentará no século XXI será o da integração e povoamento da Amazônia, incorporando-a no processo produtivo em um quadro de ecodesenvolvimento, juntamente com a necessidade de assegurar e explorar as riquezas da sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e a urgência da ligação com o Pacífico e nações vizinhas, gerando impactos para a Defesa Nacional (PEREIRA, 2018).

Outra situação que eleva a importância dessa região, no contexto econômico global, é a potencialidade de desenvolvimento e produção de biodiesel. Esse biocombustível, que pode ser misturado em porcentagens variáveis ao diesel derivado do petróleo, é pouco poluente e obtido a partir do dendê, da castanha, da soja, do buriti, do girassol, da canola, do amendoim ou da mamona, plantas adaptadas ao clima úmido amazônico. Diante da perspectiva de escassez do petróleo, principalmente com a evolução das economias da China e da Índia, a utilização dos biocombustíveis será mais valorizada, incrementando-se o valor geopolítico da Amazônia Legal (PEREIRA, 2018).

Além disso, a existência de uma base aeroespacial na região da Amazônia Legal incrementa o valor geopolítico da área. A Base Aeroespacial de Alcântara, situada no estado do Maranhão, possui localização vantajosa, próximo à linha do equador, o que importa um menor consumo de combustível, mínimo ajuste de órbita, fácil acompanhamento e controle sobre o oceano até distâncias ao leste do meridiano da ilha brasileira de Fernando de Noronha (PEREIRA, 2018).

Desde a chegada dos primeiros exploradores ao território brasileiro, verifica-se que a ocupação da Amazônia teve como objetivo o domínio geopolítico da região por motivos relacionados à sua grande extensão territorial e precária ligação com o restante do País. Tal dificuldade fica evidente com as escassas rodovias e ferrovias que ligam a região aos centros econômicos nacionais. Dessa forma, as políticas de ocupação sempre relacionam os empreendimentos de exploração econômica com estratégias tipicamente geopolíticas (LIMA; SILVA; SOUSA, 2012).

No campo psicossocial verificou-se uma migração significativa para a região amazônica, em consequência da exploração do látex, cuja importância, no contexto

da economia brasileira, até o início do século XX, cresceu subitamente. Esses migrantes, em sua maior parte proveniente do Nordeste, distinguem-se um pouco, em seus objetivos, dos outros migrantes que vieram na segunda metade do século XX, por causa da expansão da fronteira agrícola. Isso caracteriza a atual etapa de ocupação da Amazônia, a expansão agrícola. Os sujeitos dessa expansão são diversos, embora fique evidenciada a maior participação dos migrantes oriundos das regiões Sul e Sudeste, convertendo-se não raras vezes, em grandes latifundiários (SILVA, 2014).

4. OS IMPACTOS DO VALOR GEOPOLÍTICO DA AMAZÔNIA LEGAL PARA A DEFESA NACIONAL

O desenvolvimento do País motiva a Defesa Nacional, na medida em que a última fornece uma espécie de escudo para o primeiro, uma apoiando as ações da outra. A porosidade das fronteiras, a escassa presença do Estado na região analisada e a dependência dos grandes centros “convertem essa região estratégica, em termos geopolíticos, em espaços periféricos, onde a falta de desenvolvimento cria um ambiente de vulnerabilidade em termos de segurança” (SILVA; RIBEIRO, 2016).

O primeiro momento em que a importância da região amazônica se revela crucial para a Defesa Nacional, decorre do processo de catequização e militarização promovido nos primeiros anos de colonização. Enquanto as ordens religiosas tinham a finalidade de embutir os preceitos do mundo ocidental, a construção de fortes como ponto de apoio aos principais rios da região e as desembocaduras tinha o papel estratégico de proteção e controle do território (LIMA; SILVA; SOUSA, 2012).

As políticas territoriais dos governos militares mantiveram esse caráter geopolítico tendo como finalidade preservar as fronteiras internacionais e a incorporação de sua economia ao processo produtivo nacional. A estratégia dos militares com os governos civis mostrou a mesma preocupação na ocupação da fronteira. Diante dessa problemática, em 1985, foi criado o Projeto Calha Norte (PCN), no governo de José Sarney. A meta do programa era a vigilância da fronteira, a implantação da atividade econômica, o estímulo à migração e aumento da presença do Estado na zona de fronteira (LIMA; SILVA; SOUSA, 2012).

No que tange à intervenção estatal na região amazônica, as relações entre o Estado, o Capital, as riquezas e a população têm se caracterizado pelos seguintes

dilemas: a problemática da integração e do desenvolvimento, a premissa da preservação e a necessidade de segurança. Assim, cresce de importância o estudo do tema a fim de ajustar o melhor usufruto das riquezas preservadas, dentre a fauna, a flora e os recursos minerais, incrementando o mercado consumidor e a qualidade de vida da população regional (SILVA; RIBEIRO, 2016).

Diante dessa conjuntura, torna-se importante verificar como que o Estado se faz presente em uma região tão rica no País. Nesse aspecto, desde saúde, policiamento, intervenções em infraestrutura e até mediação de conflitos sociais, é imponderável mencionar as Forças Armadas como protagonista nesse processo e como elemento essencial no acompanhamento das fronteiras nacionais, promovendo a segurança e o desenvolvimento nas áreas periféricas, concorrendo para o fortalecimento regional para a manutenção da soberania (SILVA; RIBEIRO, 2016).

4.1. IMPLICAÇÕES PARA A DEFESA NACIONAL

O Ministério da Defesa delineou o cenário para os próximos 20 anos, e, com ele, as Implicações para a Segurança e a Defesa, a fim de melhor suportar o processo decisório. Elas são classificadas em três categorias: Características Futuras dos Conflitos, Oportunidades e Ameaças. No primeiro caso, pretende-se visualizar como serão os futuros conflitos; no segundo, quais serão as oportunidades para a obtenção das capacidades necessárias à segurança e à defesa do Brasil; e, na terceira, quais as suas possíveis ameaças (BRASIL, 2017).

O Cenário de Defesa 2020-2039, dentro das características dos conflitos no futuro, visualiza que a velocidade da informação e da mobilização social poderiam prejudicar ou favorecer o posicionamento da Comunidade Internacional acerca de questões sensíveis referentes à Amazônia. A facilidade de divulgação e acesso às informações poderia ser utilizada para esclarecer e conscientizar, tanto a opinião pública nacional quanto a internacional, sobre temas ambientais e indígenas, entre outras, com a finalidade de se contrapor a posturas contrárias à soberania brasileira sobre as riquezas amazônicas, influenciando a execução de sanções externas ao Governo Brasileiro.

Diante dos impactos para a Defesa Nacional, o mesmo documento do Ministério da Defesa enumera duas ocorrências na categoria das oportunidades que se referem diretamente à geopolítica da região amazônica.

O primeiro se refere à possibilidade de ampliação do mercado brasileiro, acelerando o desenvolvimento econômico regional. Isso se aplica à premissa do aumento da demanda mundial por recursos naturais. Diante dessa situação, a região amazônica se tornaria uma protagonista no cenário internacional, disponibilizando maiores recursos a serem aplicados em segurança e defesa, quer na forma do investimento em novas tecnologias, quer no desenvolvimento da indústria nacional com o incremento da oferta de recursos minerais e energéticos.

Ainda na categoria das oportunidades, o Ministério da Defesa visualizou que o valor geopolítico da Amazônia possibilitaria maior cooperação regional. O compartilhamento das riquezas existentes na região pode gerar aproximação entre os países da América do Sul, propiciando um clima de confiança mútua, possibilitando o desenvolvimento de estratégias comuns, de capacidades industriais e tecnológicas, de monitoramento territorial e ambiental, bem como de combate ao crime organizado transnacional.

Ao mesmo tempo que a escassez mundial de recursos naturais pode ser encarada como oportunidade para o mercado brasileiro, ela também pode se tornar uma ameaça. Nesse viés, o Brasil, por possuir grande reserva desses recursos, se torna um possível foco de conflito em razão da posse de tal riqueza, prevalecendo o uso da força ou o respaldo para impor sanções políticas e econômicas.

Ainda nesse espectro, a manipulação da opinião pública poderia se tornar ameaça para a Defesa Nacional. A facilidade de divulgação e publicidade de temas sensíveis como os ambientais e indígenas possibilitam a degradação da imagem do Brasil, tanto no nível nacional quanto no internacional, justificando possíveis ações cinéticas ou não que atentem contra a soberania do País, o que exigiria uma resposta da expressão militar da Poder Nacional.

No campo das ameaças, visualiza-se um aumento do crime organizado internacional. Diante de mais de dezessete mil quilômetros de fronteiras secas permeáveis, grande parte na região amazônica, projeta-se um incremento no emprego das Forças Armadas no controle territorial, marítimo, fluvial e aeroespacial, tudo com a finalidade de preservar a soberania absoluta sobre o território nacional.

Ainda nesse quesito, as tensões sociais no Brasil de origem diversa poderia gerar um aumento da insegurança pública. As questões agrárias, indígenas e ambientais, muito presentes na Amazônia Brasileira, podem ser o estopim para potencializar conflitos que extrapolem a capacidade de atuação dos órgãos de

segurança pública, exigindo o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem.

Além disso, a permeabilidade das fronteiras amazônicas poderia questionar a eficiência operativa das Forças Armadas. Atualmente, a questão do controle das fronteiras não é de responsabilidade única das forças singulares, porém é a que mais se faz presente e suplanta, muitas vezes, a ausência estatal. Diante do decréscimo no investimento ano a ano em Defesa, o Cenário 2020-2039 visualiza uma situação de obsolescência e insuficiência de equipamentos das Forças Armadas, o que comprometeria a sua capacidade de salvaguardar a Nação e os seus interesses frente às ameaças de potências militares de médio porte.

No âmbito do Ministério da Defesa, as implicações para a Defesa, na dimensão militar, abarcam questões específicas sobre a geopolítica da região amazônica:

“Em caso de maior eficácia do combate ao narcotráfico por parte dos governos vizinhos, laboratórios de refino de drogas poderiam migrar para território brasileiro. E em caso de maior eficácia do combate ao narcotráfico por parte do governo colombiano e estadunidense às rotas do tráfico de drogas da América Central e Caribe, provavelmente elas se incrementem em território brasileiro. Por outro lado, poderia haver demandas internacionais por autonomia indígena e internacionalização de áreas de proteção ambiental na Amazônia, incentivados por organizações estrangeiras. As tensões decorrentes das demarcações de terras indígenas ou da ausência delas, da exploração de garimpos, bem como de obras de grande vulto (hidrelétricas, construção de linhas de transmissão, mineração, pavimentação de estradas, etc.) poderiam gerar conflitos que excedam as capacidades dos órgãos de segurança pública estaduais e municipais. As características geográficas, bem como os problemas atuais e potenciais da Amazônia exigirão maior atuação das Forças Armadas, tanto na garantia da lei e da ordem quanto da integridade e defesa territorial. Para o efetivo controle da região, será necessária a aquisição de sistemas de monitoramento e meios para o controle condizentes com as características geográficas regionais. Tentativas de internacionalização da Amazônia ou partes dela, embora improváveis, devido à qualidade da inserção internacional brasileira, se ocorrerem, não o serão mediante ocupação militar da região, mas por meio de eventuais embargos e zonas de exclusão” (BRASIL, 2017).

Já na dimensão ambiental, os projetos civis, voltados para o fornecimento de energia sustentável, podem impactar diretamente a atuação das Forças Armadas na região amazônica:

“As atuais tecnologias voltadas à produção de energia sustentável, como eólica e solar, poderiam ser utilizadas em sistemas logísticos visando baixar custos e ampliar capacidades pela diminuição do esforço necessário ao apoio em operações militares. A adoção de sistemas energéticos sustentáveis diminuirá os custos de manutenção de organizações militares, principalmente daquelas localizadas na Amazônia e que dependem de combustível transportado por barcos e aeronaves para alimentar seus geradores. Sistemas logísticos militares poderiam se beneficiar de programas

governamentais e/ou estabelecer parcerias com empresas privadas, no sentido de desenvolver sistemas de geração de energia sustentável, sistemas esses que poderiam ter aplicações civis” (BRASIL, 2017).

Recentemente, o Conselho de Inteligência Nacional dos Estados Unidos publicou uma perspectiva que visualiza, para o ano de 2030, aumento na demanda por alimentos, água e energia de aproximadamente 35, 40 e 50%, respectivamente. Dessa forma, o protagonismo do tema “Amazônia” tende a recrudescer o discurso no cenário internacional, tendo em vista o potencial estratégico dessa região.

Sobre esse assunto, a especialista em geopolítica amazônica destaca que:

“Há três grandes eldorados naturais no mundo contemporâneo: a Antártida, que é um espaço dividido entre as grandes potências; os fundos marinhos, riquíssimos em minerais e vegetais, que são espaços não regulamentados juridicamente; e a Amazônia, região que está sob a soberania de estados nacionais, entre eles o Brasil” (BECKER, 2005).

A respeito do problema da biopirataria, a Amazônia Brasileira, historicamente, tem sido alvo de contrabando de matéria-prima da biodiversidade da região por meio de ações pontuais, com a finalidade de obter vantagem comercial/econômica no cenário internacional. Segundo DALEVI (1997), quatro riquezas amazônicas podem ser exploradas nesse sentido, refletindo, logicamente, na segurança de nossas fronteiras:

“Pau Brasil - A história da biopirataria na Amazônia começou logo depois da ‘descoberta’ pelos portugueses em 1500, quando os mesmos roubaram dos povos indígenas da região o segredo de como extrair um pigmento vermelho do Pau Brasil. Seringa - Provavelmente o caso mais infame é o do inglês Henry Wickham, que levou em 1876 sementes da árvore da seringueira - uns dizem que as sementes foram escondidas entre folhas de bananeira - rumo a uma nova plantação de *Hevea brasiliensis* nas colônias Britânicas na Malásia. Após algumas décadas a Malásia tornou-se o principal exportador de látex, arruinando a economia da Amazônia que era baseada principalmente na exploração da borracha. Quinina - Outro exemplo é o quinina, um remédio contra malária. Os povos indígenas usavam a planta para tratamento de febre. Derivado da árvore de cinchona (*Cinchona officinalis*), ela foi usada na década 20 nos Estados Unidos para o tratamento de malária. Curare - uma mistura tóxica de várias plantas, usada tradicionalmente por algumas etnias indígenas da Amazônia, para envenenar as pontas de suas flechas cuja fórmula foi mantida em segredo pelos índios durante séculos. Alexander von Humboldt foi o primeiro Europeu, em 1800, a testemunhar e descrever como os ingredientes eram preparados. Mas o curare começaria a ser utilizado como um anestésico apenas em 1943, quatro anos depois que seu ingrediente ativo. (DALEVI, 1997)

4.2. AÇÕES IMPLEMENTADAS PELO GOVERNO FEDERAL

O Governo Federal, historicamente, implementou ações para a integração e desenvolvimento da região amazônica. Quando se fala em “região amazônica”, verifica-se que se trata de temas que estão além da simples posição geográfica. Portanto, para delinear o nosso estudo, cabe frisar o conceito considerado de “região”, bem como o tratamento dado a essa área no decorrer do século passado:

“[...] esta questão do desenvolvimento na região periférica – e sua subsequente vitalidade conceitual – está diretamente relacionada a um conceito multiprismático e diverso de “região”, que no caso amazônico, assume incrível variedade de usos e articulações. Neste contexto, a ideia de região é líquida, consentidamente metamórfica e lançada em função de polaridades interdependentes e bem constituídas, moldada por variáveis físicas, ecológicas, econômicas ou antropomórficas. A região como *framework* pode oscilar desde a retórica e a noção exógena de que se trata de uma grande floresta transnacional que pertence à comunidade internacional, até uma plêiade de detecções hiperlocais, relativas às pertencas pan-amazônica e funcionalmente atreladas aos interesses mais diversos nas meso e microrregiões onde ocorrem as relações entre os viventes e o meio onde convivem. Tal relacionamento, como passando ainda por instâncias turvas, com fronteiras ‘borradas’, como entre os Estados-Nação e no interior deles, como em suas subdivisões departamentais ou estaduais. Isto posto, retornamos ao tema da história da integração da Amazônia com o restante do país, que se tornou uma preocupação efetiva do governo brasileiro a partir do fim da década de 30 e início da década de 40 do século XX, na medida em que o contexto das “descobertas” e “conquistas”, porventura compreendido como uma amálgama de colonialismo, abandono e distância que até então caracterizava as fronteiras geográficas do Norte. Nesta direção, dois eventos-chave são importantes para compreensão ao estímulo iniciado no século passado: o programa de governo “Marcha para o Oeste” (1938), que objetivou incitar a integração econômica no país através da inserção e estabeleceu que a região amazônica era um espaço a ser ocupado pelo poder central – tal processo se deu em um contexto global de crise da ordem política liberal, com forte acento nacionalista e no imediato período da ascensão do Estado Novo no país (1937-1945) e o “Discurso do Rio Amazonas” (1940), do então presidente Getúlio Vargas, que apontou a necessidade de ocupação das fronteiras brasileiras na Amazônia e a dificuldade que o então considerado vazio demográfico na região representava” (SILVA; RIBEIRO, 2016).

A urgência de buscar o desenvolvimento da Amazônia Brasileira ficou evidente nos propósitos orientadores da Constituição de 1946, onde foi aprovada a proposta apresentada pelo deputado Leopoldo Peres – “obrigação do Governo Federal de aplicar, durante pelo menos 20 anos, quantia não inferior a 3% da renda tributária na valorização da Amazônia”. Tal fato formalizou um efetivo Plano de Valorização da Amazônia (FREITAS, 2004).

Surgiu, dessa forma, em 1953, por meio da Lei nº 1.806 (reguladora da Art. 199 da Constituição de 1946), instruiu os limites da Amazônia Legal (Figura 1),

construindo um Plano de Valorização “como um esforço nacional de ocupação territorial da região (...) com vistas ao desenvolvimento de sua economia e à melhoria da vida social e bem-estar econômico das populações” (FREITAS, 2004).

A partir da década de 1960, ocorre um incremento da percepção de importância de valorizar o conteúdo natural, mineral e cultural para integrar e desenvolver essa região. Com isso, cria-se, durante o governo do presidente Castello Branco, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Tal órgão tratava da região em três vias: como fronteira demográfica, como fronteira econômica e como fronteira geopolítica.

O aspecto da fronteira demográfica ressaltava a necessidade de “levar para a terra sem homens os homens sem-terra”, atraindo fluxos migratórios, a fim de solucionar o problema do vazio demográfico, ocupando o território. Foi nesse contexto que iniciou a construção da Rodovia Transamazônica.

Já a percepção de fronteira econômica seria superada com a implantação e projetos minerais e industriais, o que desenvolveria as economias locais, bem como criariam possibilidades de acordos de cooperação internacional bilateral.

“Os incentivos fiscais do Polamazônia, o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, estimularam a implantação de grandes projetos corporativos de extração como o Programa Grande Carajás e o Projeto Jari. Ainda segundo Teixeira da Silva, na Amazônia, os projetos em curso - principalmente na área viária e de energia - são a ponta da integração e do desenvolvimento regional, capazes de criar empregos e gerar renda localmente” (SILVA; RIBEIRO, 2016).

A ideia de fronteira geopolítica, por sua vez, evidenciaria a urgência de visualizar a Amazônia como uma região para a afirmação do Poder Nacional, em especial nas áreas fronteiriças, com a finalidade dissuadir possíveis incursões estrangeiras, bem como pressões de grupos criminosos dentro do País. Assim, a preservação da soberania nacional, sobre essa porção territorial, estimulou diversas ações na região, tanto políticas quanto militares.

“Entre essas ações valem a pena destacar a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), a criação do Programa Calha Norte e a implantação do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), administrado pelo Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam). A proposta feita pelo regime militar em 1978 de criação de um Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) entre 8 dos 9 países da Amazônia Transnacional – a Guiana Francesa, Departamento Ultramarino Francês, foi intencionalmente deixada de fora à época, mas posteriormente foi percebida como “atrativa” e por isso mesmo cogitada como membro observador da OTCA, Organização criada a partir do Tratado (GRANGER, 2008) – enfatizava a necessidade de salvaguardar as fronteiras e a soberania dos Estados diante das ameaças externas

representadas pelas incursões estrangeiras e pela ascendente preocupação com as então denominadas ‘novas ameaças’” (SILVA; RIBEIRO, 2016).

Dessa forma, o aspecto marcante no início dos governos militares foi a transformação da SPVEA em SUDAM, “aumentando o poder de coordenação desse novo órgão (Lei nº 5.173 de 27/10/66)” e do Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia, “com mais poderes e recursos”. Além disso, os incentivos se completam com a criação da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) “destinada a atrair interesses financeiros e econômicos para este pólo da Amazônia Ocidental, a mais continental” (FREITAS, 2004).

Meira Mattos afirma, ainda, que a estratégia do Presidente Castello Branco para a Amazônia, “maturada nos anos 1965 e desencadeada em 1966”, estruturou os objetivos que foram buscados até a década de 1980:

“Se ao governo de Costa e Silva ‘coube alguns impulsos positivos à estratégia amazônica da Revolução’, no consulado do Presidente Médici deu-se o ‘grande desenvolvimento de obras de viação na Amazônia’, recebendo a rede viária projetada pelo Executivo anterior maiores recursos e novos impulsos. Dentre as medidas delineadas, avulta o Plano de Viação Nacional, aprovado em 1973, no qual se destacam, pela sua grandiosidade, a célebre Transamazônica e a Perimetral Norte. Consubstanciando diferentes vertentes do processo de continentalização da economia e da rede de transportes da Era Médici, o Programa de Integração Nacional (PIN), estruturado em torno de duas grandes rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, e o Plano de Colonização, baseada na estratégia dos pólos de desenvolvimento, constituem-se como realidades demonstrativas da vontade política da nova sede do poder militar cuja práxis assentava no díptico segurança e desenvolvimento” (FREITAS, 2004).

Outro programa no sentido de ocupar a fronteira amazônica é o Calha Norte (PCN), criado pelo governo federal em 1985. O PCN era destinado, inicialmente, a promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado e sustentável da região ao norte do rio Amazonas. Recentemente, o programa foi ampliado para a ilha de Marajó, no estado do Pará, e para o sul da calha do rio Solimões/Amazonas, até os estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, na faixa de fronteira. Os objetivos do programa vêm sendo perseguidos por meio de diversas ações, como a construção de rodovias, portos, pontes, escolas, creches, hospitais, aeródromos, poços de água potável e redes de energia elétrica. Essas ações trazem grande benefício para as comunidades locais (LBDN, 2016).

Diante da necessidade de preservação da soberania sobre a região amazônica, foi criado em 2002, o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM). Em janeiro de 2011, o CENSIPAM foi transferido da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Defesa, e, atualmente, está

subordinado à Secretaria-Geral. Entre outras atribuições, compete ao CENSIPAM: propor, acompanhar, implementar e executar as políticas, diretrizes e ações voltadas para o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM). Em articulação com os órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não governamentais, o Centro promove a ativação gradual e estruturada do SIPAM, e desenvolve ações para atualização e evolução continuada do conceito e do aparato tecnológico do SIPAM. Atua em seis importantes áreas, a saber: ambiental, meteorológica, hidrometeorológica, sensoriamento remoto, inteligência e tecnologia da informação e comunicação. Para cumprir sua missão possui em sua estrutura organizacional quatro Centros, sendo eles: Centro de Coordenação Geral localizado em Brasília, Centros Regionais de Belém, Manaus e Porto Velho, sendo que cada um atua dentro das demandas voltadas para especificidades dos Estados em suas áreas de abrangência (LBDN, 2016).

O SIPAM, por sua vez, é uma organização sistêmica de produção e veiculação de informações técnicas, formada por uma complexa base tecnológica e uma rede institucional, encarregada de integrar e gerar informações atualizadas para articulação, planejamento e coordenação de ações globais de governo na Amazônia Legal, visando à proteção, à inclusão e ao desenvolvimento sustentável da região (LBDN, 2016).

No âmbito externo, quando o Exército Brasileiro (EB) faz o alinhamento do seu planejamento ao Plano de Articulação e de Equipamento de Defesa (PAED), do Ministério da Defesa, converge com os interesses do macroprojeto Amazônia Protegida. Tal projeto é constituído de ações estruturantes voltadas especificamente para o fortalecimento da presença militar terrestre na Amazônia. Prevê a implantação progressiva de novos Pelotões Especiais de Fronteira, além da modernização dos existentes. Também estabelece ações para o fortalecimento da estrutura operacional e logística do Comando Militar da Amazônia, Comando Militar do Norte e Comando Militar do Oeste. O projeto tem ligação com o Programa Calha Norte (LBDN, 2016).

No que se refere à Força Aérea, esta executa, por meio da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA), obras de construção e pavimentação de aeroportos e edificações aeroportuárias, além de vias públicas em municípios da Amazônia, contribuindo para a integração nacional, uma vez que só se tem acesso a determinadas localidades por meio de avião ou helicóptero (LBDN, 2016).

No prosseguimento desse processo, surgiram novos modos de pensar a região amazônica, bem como percepções para o surgimento de novos projetos. Entre os principais projetos no âmbito do Programa Espacial Brasileiro, encontra-se o Satélite Amazônia-1 (AMZ):

“o satélite, baseado na Plataforma Multimissão (PMM) desenvolvida pela AEB e INPE, deverá aumentar a capacidade nacional de observação da Terra, permitindo particularmente a melhora nos dados de alerta de desmatamento na Amazônia, ao maximizar a aquisição de imagens úteis diante da cobertura de nuvens na região. Por sua cobertura nacional, o Amazônia-1 também fornecerá imagens frequentes das áreas agrícolas brasileiras” (LBDN, 2016).

No nível do Ministério da Defesa, o projeto de Ampliação da Capacidade do Sistema de Proteção da Amazônia destaca-se como um dos principais objetivos para a manutenção da soberania sobre a região amazônica. O projeto reflete o fortalecimento e a concretização da política de integração nacional para a Amazônia Legal Brasileira, produzindo conhecimento e informações para suporte às políticas públicas na região, tais como as de segurança, de proteção ao meio ambiente, de educação ambiental, de inclusão digital, de distribuição de renda e regularização fundiária e à repressão a ilícitos na região (LBDN, 2016).

5. CONCLUSÃO

A Amazônia Brasileira já se tornou o fiel da balança no cenário internacional. A nova fronteira natural reserva riquezas ainda não exploradas, o que potencializa a posição do Brasil de confronto com os interesses estrangeiros, garantindo a sua soberania e a sua independência.

O valor geopolítico da Amazônia fica evidenciado em sua importância histórica para a configuração do território brasileiro, na sua capacidade de integrar os povos sul-americanos, na sua dimensão relevante para o Brasil, nas suas potencialidades energéticas, mineralógicas e hídricas, além de sua biodiversidade incomparável, gerando desafios para o Estado Brasileiro.

Um dos desafios do governo brasileiro é a baixa densidade demográfica existente na região. Esses vazios demográficos são causados pelo ambiente inóspito, típico de uma vasta região de selva, e pela ausência estatal, o que dificulta a possibilidade de desenvolvimento de programas voltados para atender a população amazônica, abrindo espaço para atuação de Organizações Não-Governamentais (ONG) e empresas estrangeiras.

Ainda nesse viés, constata-se que a integração da Bacia Amazônica com o restante do país também é obstáculo para a implementação de projetos de desenvolvimento político e econômico. A pouca capilaridade das infraestruturas de transporte, aliada à falta de atuação da região nas decisões nacionais, contribui para o aumento das assimetrias regionais, retardando o crescimento econômico e fragilizando a posição política do Brasil frente aos interesses internacionais.

Ainda sobre a necessidade de desenvolvimento da região amazônica, cabe ressaltar que a porosidade das fronteiras, a falta de presença estatal nestas áreas e a dependência dos grandes centros convertem esse espaço altamente estratégico em termos geopolíticos em espaços periféricos, onde a falta de desenvolvimento cria um ambiente de vulnerabilidade em termos de segurança (SILVA; RIBEIRO, 2016).

Pode-se concluir assim que o desafio geopolítico na Amazônia Brasileira vai além da simples necessidade de integração dessa região com os principais centros nacionais. Tal problemática encontra na Defesa o seu principal espectro, visto que os potenciais biológicos, mineralógicos e energéticos vêm se tornando cada vez mais latentes no cenário internacional, reavivando antiga cobiça sobre a hileia amazônica. Dessa forma, o Estado Brasileiro deve estudar maneiras de preservar, além de sua cultura e riquezas psicossociais, o vasto espaço geográfico que desperta o olhar daqueles que já desgastaram os seus ambientes naturais.

Segundo SILVA (2014), o governo brasileiro ainda tem tido pouca sensibilidade no trato da questão geopolítica amazônica. O autor apresenta os seguintes argumentos:

“Seria ingenuidade acreditar que uma potência como os Estados Unidos (por exemplo), cujos interesses na Região Amazônica datam de pelo menos meados do século XIX (QUEIROZ, 2012) voltará suas costas, espontaneamente, para esse imenso reservatório de 20% da água doce mundial (em superfície). O petróleo deve ter causado mais miséria que riqueza aos povos do Oriente Médio, desde que a Inglaterra começou a explorá-lo no séc. XIX. Se a água atravessar a mesma situação que atravessou o petróleo, nas próximas décadas o Brasil deverá ser alvo da política internacional de muitos países. O resultado desse “interesse” pode ser deduzido a partir de dois dos fatores indicados por Philippe Le Prestre (2000, p. 442), com relação às disputas por água doce: 1) o grau de vulnerabilidade e dependência de cada país com relação aos seus múltiplos usos; 2) os recursos de poder de que dispõem estes atores (na defesa e na ofensiva)” (SILVA, 2014).

Este trabalho ressaltou o que o Cenário 2020-2039 elencou como as principais implicações para a Defesa Nacional. A partir daí, é necessário avaliar e acompanhar as mudanças no sistema internacional, principalmente no que se refere à busca por

recursos estratégicos, sejam eles voltados para a geração de energia, para a posse de minerais raros, como o nióbio, seja para incremento comercial baseado em produtos da biodiversidade. O quadro resultante dessa análise construirá o caminho a ser percorrido pelo Brasil, a fim de manter a sua soberania, bem como o status de País megadiverso.

Nesse contexto, conclui-se que o Estado Brasileiro deve estar mais presente na região amazônica. As jazidas minerais, bem como as reservas energéticas necessitam de fiscalização federal, a fim de impedir a ação de empresas estrangeiras em solo nacional, cujo o interesse é, puramente, econômico, não se preocupando nem com a população, nem com o crescimento do país.

Por fim, a importância geopolítica da Amazônia Brasileira, nos dias de hoje, revela o grau de prioridade que deve demandar para o Estado, o qual necessita de ações concretas no sentido de garantir a soberania nacional na área de fronteira, bem como promover o desenvolvimento sustentável por meio do uso consciente das potencialidades amazônicas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luciano Mendes de. Coleção Guia de Estudos: Hidrelétricas do Brasil. **Observatório Nacional de Justiça Socioambiental**, OLMA, 2017.

ALVARENGA, Darlan; SILVEIRA, Daniel. **PIB do Brasil cresce 1,1% em 2018 e ainda está no patamar de 2012**. G1 Economia, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/02/28/pib-do-brasil-cresce-11-em-2018.ghtml>. Acesso em: 15 jun. 2019.

ÁLVAREZ, Gonzalo Pérez. **Amazônia Brasileira e Patagônia Argentina: planos de desenvolvimento e soberania nacional**. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?frbrVersion=3&script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000300117&lng=en&tlng=en. Acesso em: 18 fev. 2019.

AMIN, Mario Miguel. **A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI**. Revista Crítica de Ciências Sociais nº 107, 2015.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-40142005000100005&script=sci_arttext. Acesso em 18 fev. 2019.

BECKER, Bertha K. **Revisão das Políticas de Ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?**. 2001. Disponível em: http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/view/178. Acesso em: 18 fev. 2019.

BRASIL. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. **Manual de Elaboração de Projetos de Pesquisa na ECEME**. Departamento de Pesquisa e Pós-graduação (Exército). Rio de Janeiro, ECEME, 2012.

_____. Ministério da Defesa. **Cenário de Defesa 2020-2039 - Sumário Executivo**. Assessoria Especial de Planejamento. Brasília, 2017.

_____. Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional. **Doutrina Básica de Mobilização Nacional**. 1987.

_____. **Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia**. Disponível em: <http://www.sudam.gov.br/index.php/quem-e-quem/58-acesso-a-informacao/86-legislacao-da-amazonia>. Acesso em: 25 mar. 2019.

CARVALHO, Patrícia Moraes. **Brasil detém 98% do metal mais valioso do mundo. O Nióbio seria capaz de espalhar riqueza por todo o país**. Diário do Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.diariodobrasil.org/brasil-detem-98-do-metal-mais-valioso-do-mundo-o-niobio-seria-capaz-de-espalhar-riqueza-por-todo-o-pais/>. Acesso em: 23 mar. 2019.

COSTA, Wanderley Messias. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1995.

DALEVI, Alessandra. **Green Piracy**. Brasil, 1997. Disponível em: https://www.amazonlink.org/biopirataria/biopirataria_historia.htm. Acesso em 25 set. 2019.

DE FREITAS, Eduardo. **Bacia Amazônica**. Geografia Física do Brasil, 2019. Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/bacia-amazonica.htm>. Acesso em: 15 jun. 2019.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Amazônia**. 2018. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/amazonia>. Acesso em: 21 fev. 2019.

FREITAS, Jorge Manoel da Costa. **A Escola Geopolítica Brasileira**. Biblioteca do Exército. 2004.

INDUSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL. **Localização das Reservas Geológicas de Urânio**. [S. l.], 2019. Disponível em: <http://www.inb.gov.br/pt-br/Nossas-Atividades/Ur%C3%A2nio/Reservas>. Acesso em: 17 jun. 2019.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, Júnior. **Minérios sob o solo do Amazonas são avaliados em R\$ 4,3 trilhões**. Diário do Amazonas, 2011. Disponível em: <https://d24am.com/noticias/minerios-sob-o-solo-do-amazonas-sao-avaliados-em-rs-43-trilhoes>. Acesso em: 22 mar. 2019.

LIMA, Wendell Teles de; SILVA, Iatçara Oliveira da; SOUSA, Luciley de Feitosa. **Breve Retrospectiva das Estratégias Geopolíticas de Incorporação Territorial da Amazônia Brasileira**. RAEGA, O Espaço Geográfico em Análise, 2012.

MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. **Geopolítica: introdução ao estudo**. São Paulo: Sicurezza, 2006.

MAGALHÃES, Maria das Graças Santos Dias. **Políticas Governamentais para a Amazônia Brasileira – 1964/1985**. 2012.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e Poder no Brasil**. São Paulo: Papyrus, 1995.

NAGEL, Luciano. **Policiais federais relatam vulnerabilidade e falta de agentes nas fronteiras do Brasil**. UOL, 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/09/02/postos-de-fronteira-do-rs.htm>. Acesso em: 4 jun. 2019.

NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL. **Global Trends 2030: Alternative Worlds**. Washington, DC: Office of the Director of National Intelligence, december 2012

O CLIMA da Amazônia. [S. l.], 2012. Disponível em: <http://meioambiente.culturamix.com/natureza/o-clima-da-amazonia>. Acesso em: 17 jun. 2019.

O ECO. **O que é a Amazônia Legal.** 2014. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28783-o-que-e-a-amazonia-legal>. Acesso em: 19 fev. 2019.

OLIVEIRA, Nielmar de. **Urucu completa 30 anos de exploração de petróleo em plena Amazônia.** 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-12/urucu-completa-30-anos-de-exploracao-de-petroleo-em-plena-amazonia>. Acesso em: 21 fev. 2019.

OTCA. **Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.** 2018. Disponível em: <http://www.otca-oficial.info/home>. Acesso em: 19 fev. 2019.

PEIXOTO, Fabrícia. **A Amazônia em números.** 2009. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/07/090722_amazonia_numeros_fbd. Acesso em: 21 mar. 2019.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Aquífero Alter do Chão;** Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/aquifero-alter-chao.htm>. Acesso em 21 de fevereiro de 2019.

PEREIRA, Carlos Patrício Freitas. **Geopolítica e o Futuro do Brasil: Amazônia Ocidental e Pantanal Comunidade Sul-Americana.** Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2007.

_____. **Geopolítica Mundial e do Brasil no Século XXI.** Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2018.

RIBEIRO, Amarolina. **Serra do Carajás.** Info Escola, 2019. Disponível em: <https://www.infoescola.com/geografia/serra-dos-carajas>. Acesso em: 21 fev. 2019.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **A Questão Geopolítica da Amazônia. Da soberania difusa à soberania restrita.** Edições do Senado Federal. Vol. 64. 2005.

SENADO FEDERAL. **Brasil - Vigilância de Fronteiras.** 2018. Disponível em: http://www.senado.leg.br/comissoes/cre/ap/AP20111025_Ricardo_Rodrigues.pdf. Acesso em: 21 fev. 2019.

SILVA, E. C. **Desenvolvimento da Amazônia: a complexa relação entre o nacional e o regional.** Programa de Pós-graduação em história (UFU). 2014.

SILVA, Tiago Luedy; RIBEIRO, Daniel Santiago Chaves. Defesa, desenvolvimento e securitização na fronteira setentrional da Amazônia brasileira: preocupações, atores e conexões regionais. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, dez 2016.

SOUZA, Otaviano Carvalho de; MARCHESE, Maria Letizia. **Geopolítica da Amazônia Legal.** 2010.

VILLAS BÔAS, Eduardo Dias da Costa. **Amazônia - Desafios e Soluções.** Artigo, 2008.

ZEFERINO, Marisa. **Fronteira agrícola: a soja na Amazônia Legal**. Instituto de Economia Agrícola, 2015. Disponível em: <http://www.iesa.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=13575>. Acesso em: 25 mar. 2019.